

COLONIZAÇÃO RECENTE E A LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA

Márcio Marinho Martinsⁱ

RESUMO. O artigo é uma síntese da análise realizada sobre a colonização recente de Rondônia e dos conflitos agrários ocorridos entre as décadas de 1970, 1980 e 1990; apresentada na Mesa Redonda *Indígenas e Camponeses em Rondônia: História, Resistência e Luta Pela Terra*, da I Semana de História da UNIR, Campus de Rolim Moura. Partindo de uma análise que tem como base o materialismo histórico e dialético, identifica o campesinato como importante sujeito histórico na colonização recente e, ao mesmo tempo, aborda as possibilidades de pesquisa desta temática para a produção historiográfica regional e que contribua para a constituição de estudos de uma História Agrária rondoniense. O referencial teórico da pesquisa parte da conceituação de que a estrutura agrária brasileira é do tipo semifeudal, característica do capitalismo burocrático. Parte da discussão realizada é fruto de Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR e do diálogo com outras pesquisas regionais que discutem a Questão Agrária no contexto de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia. A Ditadura Militar no Brasil através do processo de colonização dirigida incentivou a migração de camponeses para a Amazônia visando conter os conflitos agrários no centro-sul do país, transferindo-os para esta região.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização – Campesinato – Conflitos Agrários

150

Introdução

O objetivo de nossa exposição nessa mesa temática da 1ª Semana de História do Campus de Rolim de Moura é discutir sobre o processo de colonização recente do Estado de Rondônia e as contradições existentes na expansão da fronteira agrícola na Amazônia Ocidental. Parte dos dados apresentados são resultados da pesquisa que realizamos para elaboração de dissertação de Mestrado no ano de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. A colonização recente em Rondônia, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 foi marcada por diversos conflitos agrários envolvendo latifundiários, populações indígenas, extrativistas e camponeses sem-terra. O mais conhecido destes conflitos, ocorrido em Corumbiara em 1995, teve repercussão nacional e internacional.

Nosso referencial para pesquisa realizada em 2009ⁱⁱ delimitou-se no campo da geografia agrária. Contudo, uma preocupação que permeou nossa pesquisa foi o

processo histórico que culminou com o conflito ocorrido em Corumbiara e os desdobramentos deste, que compreendemos tratar-se de uma História Agrária.

Atualmente as pesquisas principais e debates na perspectiva de uma História Agrária se constituíram a partir dos estudos promovidos pelo Núcleo de História Rural (NHR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pela professora Márcia Motta. O próprio campo da História Agrária, no Brasil ainda é muito recente e encontra resistências no meio acadêmico (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1997, p. 250). Compreendendo que a História Regional e, conseqüentemente, os estudos de História Agrária, não se constituem como um método e ainda não tem corpo teórico próprio, sendo um recorte espacial de objeto de pesquisa a ser estudada, nossa análise se dá num espaço de conflitos sociais no campo, partindo da premissa de que o espaço é cenário “por excelência, da luta de classes” (LINHARES, 1995, p. 19).

Neste contexto é importante frisar que ainda não existe uma produção historiográfica significativa que tratem da colonização recente do Estado de Rondônia, dos movimentos sociais que se constituíram ou mesmo dos conflitos agrários. Alguns estudos sobre migração, conflitos agrários e movimentos sociais foram produzidos, mas que carecem ser reunidos, analisados e sistematizados em face das suas especificidadesⁱⁱⁱ.

A História Agrária de Rondônia é rudimentar, com uma incipiente produção escrita. A História Agrária de Rondônia deve apontar aspectos que podem, inclusive, interagir com a Geografia Agrária e as Ciências Sociais, já que há inúmeras lacunas que precisam ser investigadas: migrações, conflitos agrários; cultura camponesa e formas de resistência das populações tradicionais amazônicas.

Mais do que uma análise dos conflitos territoriais na expansão da fronteira agrícola na Amazônia ou da análise descritiva das organizações camponesas, este trabalho se propõe a oferecer uma contribuição inicial sobre as experiências de resistência camponesa, em contraposição às ações da grande propriedade latifundiária, já que consideramos ser esta, a principal contradição existente no campo brasileiro. Nosso papel aqui, se resume a propiciar um debate sobre a necessidade de investigação apontando os principais fatos que compõem a história recente de Rondônia a partir da década de 1970, analisados por Oliveira (2007), Martins (1991), Mesquita (2001), entre outros.

História Agrária, Colonização recente e conflitos sociais

Não se pode falar em colonização recente sem falar dos inúmeros conflitos agrários que ocorreram entre as décadas de 1970, 1980 e 1990. Neste período o campesinato reinventou a luta de várias formas e se colocou contra o latifúndio e contra o Estado, resistindo, vivendo cotidianamente em rebeldia, mediante a “certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado” (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Há inúmeras análises sobre os projetos governamentais de ocupação do Estado de Rondônia, dentre elas, destacamos a análise de Oliveira (1998). Em seu estudo sobre a colonização dirigida que produziu o maior dos ciclos migratórios do Estado, o autor identificou que a intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra por grandes corporações agropecuárias e empresas estrangeiras de extração de matéria prima vegetal e mineral, associados ao objetivo de “aliviar as tensões sociais” causadas pelas ocupações de terra pelos camponeses em todo o país (OLIVEIRA, 1998, p. 70).

152

Com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966 é estabelecida uma política de incentivos fiscais, configurando uma interiorização desta ocupação com a construção das rodovias e por meio de vias de navegação para o escoamento da matéria prima extraída. A SUDAM foi criada depois de tentativas sem sucesso da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em implementar os objetivos econômicos da gerência militar.

A gerência Militar lançou o Programa de Integração Nacional – PIN, através do Decreto Lei 1.106 de 16/06/70, em que formalizava a proposta de assentar camponeses em lotes de 100 hectares numa faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, mas foi com o POLAMAZÔNIA, criado em setembro de 1974, que se acelerou o desenvolvimento da região. A idéia de “vazio demográfico” era propagandeada pela gerência militar desconsiderando a presença das populações indígenas, seringueiros, comunidades quilombolas e ribeirinhos que já se encontravam na região (MARTINS, 1991, p. 62).

No período entre 1971 e 1976 verificou-se que a única região que aumentou progressivamente os conflitos agrários foi a Amazônia Legal. Em 1981 o aumento ocorreu em todo o país, mas na região norte os conflitos se manifestam com maior intensidade. O grande fluxo migratório para a região não se deu somente por pequenos e médios proprietários. Segundo Martins, dentre os que vieram do Paraná para Rondônia muitos eram “meeiros, arrendatários e posseiros, expulsos da terra pela concentração e mecanização da propriedade, e pela exploração que os empobreciam. Como explicou Martins em estudo realizado na época, os camponeses iam chegando “com o pouco que lhes resta embalados em dois ou três sacos” (MARTINS, 1991, p. 75).

Os camponeses assentados representaram somente pequena parte dos números previstos. A meta era de um milhão de famílias a serem assentadas, mas o INCRA reduziu esse número para 100 mil. Nos anos de 1970, somente 7% do número de camponeses constantes no planejamento foram assentados na Transamazônica. O Governo brasileiro iludiu os camponeses de outras regiões, para reduzir os tensionamentos, com falsas promessas de terras férteis na Amazônia. A idéia era “distribuir alguma terra para não distribuir as terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida” (IANNI, 1979, p. 81).

A SUDAM financiou inúmeros projetos que estavam em áreas de conflito agrário, pois bastava às grandes corporações e latifundiários declararem que não havia litígio na área (MARTINS, 1995, p. 122). Este processo de favorecimento dos grandes monopólios deu-se por meio de ações coercitivas do Estado ou através das ações armadas de latifundiários. A grilagem é a marca oficial deste período mediante a falsificação de títulos de propriedade, enquanto os camponeses eram empurrados para áreas menos férteis e/ou menos acessíveis (BECKER, 1991, p. 30).

No processo de ocupação de Rondônia, foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC), dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), distribuídos em vários municípios do Território (SOUZA, 2006, p. 31). A título de exemplo, a ocupação da Gleba Corumbiara não foi diferente de outras regiões do Estado de Rondônia. Os lotes de dois mil hectares já haviam sido definidos pelo INCRA no ano 1976, sendo que esses, em tese, não poderiam ser de um único proprietário. A demarcação dos grandes lotes foi executada pela Empresa Expansão Ltda., que os limitavam por

picadas, permitindo comprovar facilmente a concentração de terra, entre pessoas da mesma família. (MESQUITA, 2001, p. 80 e 81).

Segundo Mesquita (2001, p. 64), além dos projetos de colonização havia ainda dois outros programas de ocupação do espaço em Rondônia, que o INCRA utilizava: a) Áreas de Licitação – que foram glebas que variavam de 200 a 2000 ha postos em Licitação Pública^{iv}; b) Áreas de Regularização Fundiária – que foram áreas normalmente ocupadas e que iam sendo regularizadas junto ao INCRA. Estas áreas, em sua maioria, eram extensões dos projetos de colonização ocupados nos mesmos padrões (lotes de 100 ha.) pelos que não conseguiram ser selecionados para os projetos. O INCRA expedia, em cada situação, as Licenças de Ocupação (LO), Autorização de Ocupação (AO) e o Título Definitivo (TO), sendo que este último somente era expedido após determinado período das expedições de dois primeiros, associados aos prazos de carência de serviços da colonização ao INCRA, onde eram comprovadas as “benfeitorias” em cada área. (MESQUITA, 2001, p. 65).

A prioridade para ocupação era para quem tinha condições de realizar derrubadas e muitos camponeses não dispunham de recursos para fazê-las. Os poucos que conseguiam lotes se embrenhavam floresta adentro, vitimados pela malária e outras doenças tropicais. Sem assistência governamental e sem estradas eram aliciados pelas madeireiras que aqui se instalavam. Ocorria também a falta de apoio estrutural aos camponeses que se amontoavam em filas de espera nas sedes do INCRA. Em pouco tempo, inúmeros conflitos entre posseiros, madeireiros, garimpeiros, latifundiários e indígenas tornavam-se uma constante.

A política concentradora do período de colonização das décadas de 1960 e 1970 foi mantida na década de 1980, favorecendo o latifúndio e o capital financeiro internacional, para a exploração da madeira, recursos minerais e monocultura em larga escala. Este quadro excludente favoreceu a intensificação de ocupações de terras improdutivas em várias áreas do Estado de Rondônia por parte dos camponeses e intensificou a luta pela terra (TAVARES DO SANTOS, 2000, p. 02).

A Amazônia Legal passou a ser o principal espaço de conflitos agrários. Uma das organizações que acompanhou e denunciou estes conflitos foi a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) que serviu à época como espaço de denúncia, socialização de experiências da luta pela terra e contribuiu para o surgimento e fortalecimento de outras organizações.

Conforme dados coletados pela ABRA, no ano de 1981 a região Norte – além dos Estados que a compõem atualmente inclui-se também Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal – concentra 57% dos conflitos agrários registrados. O dado é inferior ao período de 1976, onde no *ranking* de conflitos desta região concentrava 67% de casos. Se observarmos a quantidade de conflitos, veremos que estes saltam de 85, em 1976, para 514 conflitos no ano de 1981. Os conflitos acentuaram-se, sobretudo, na Amazônia legal, em Áreas de expansão da fronteira agrícola. Em Rondônia os percentuais apontam para um crescimento de mais de 100% comparando dados de 1971 e 1981. (MARTINS, 2009).

Como se percebe, mesmo sob o período militar e sem organizações camponesas expressivas ou movimentos sociais, houve um processo de resistência de populações tradicionais amazônicas, de posseiros migrantes tantas vezes expropriados de suas terras em outras regiões, que se colocavam em luta contra os latifundiários e grandes empresas que se instalavam na região. Esta resistência se deu principalmente de forma armada, para combater as ações de pistolagem dos fazendeiros, mas também de resistir a despejos das áreas em que ocupavam e produziam, sendo de certa forma um ensaio para lutas e organizações futuras.

Nos anos de 1980 e 1981 intensificou-se os conflitos na região norte, atingindo, no caso de Rondônia a totalidade de seus municípios^v. Ao mesmo tempo em que o capital amplamente estimulado pelo Estado avançava sobre a terra dos posseiros e povos indígenas, uma verdadeira guerra se instalava no campo, onde camponeses eram utilizados para deslocar grupos indígenas (MARTINS, 1991 p. 74). Identificou-se no período, um percentual de 41% do total de municípios da região amazônica como palco de conflitos agrários nos anos de 1980 e 1981. Para efeitos comparativos, a mesma pesquisa apontou que nas outras regiões o número foi inferior. A região Nordeste, que na época tinha 1.264 municípios registrou que em 209 deles (17%) havia conflitos agrários e a região Centro-Sul, de um total de 2.129 municípios, em 165 ou 8% do total não se estabeleceu qualquer tipo de conflito agrário. Isto quer dizer, que a intensidade de conflitos na Amazônia, já àquela época representava dados elevados, o que se repetiu em outros períodos posteriores.

Em Rondônia, foram registrados 19 conflitos agrários, sendo que destes, oito foram em 1980 e onze conflitos no ano de 1981^{vi}. Na maioria dos conflitos houve vítimas fatais, principalmente por parte de camponeses, indígenas e lideranças sindicais. Mas é preciso destacar que as baixas também foram significativas entre

latifundiários e seus ‘funcionários’ (pistoleiros). Do total de 197 mortos em conflitos agrários no biênio 1980/1981 a ABRA concluiu que eram 107 posseiros, 20 trabalhadores rurais (denominação geral), 7 dirigentes de Sindicatos de trabalhadores Rurais, 3 advogados, 13 indígenas, 1 tratorista, 2 capatazes, 12 pistoleiros, 26 jagunços, 1 grileiro (denominação geral), 2 fazendeiros e 3 policiais. Em muitos casos os camponeses só conseguiam regularizar uma área junto ao INCRA quando ocupavam e passavam a confrontar-se com fazendeiros e pistoleiros por estes contratados.

Na década de 1970 o atual Estado de Rondônia, ainda figurava como Território Federal. Logo, a subordinação à gerência militar era ainda mais evidente e rígida. Em rápida análise aos jornais que circulavam em Porto Velho, naquele período, percebe-se destacado papel ao Jornal *A Tribuna*. Os poucos relatos acerca dos conflitos agrários durante o final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 estão nas páginas daquele extinto jornal, que era citado pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), como um dos jornais “contestadores” e que não deveria ter qualquer investimento por parte do governo^{vii}.

Em consulta aos dados da CPT, Oliveira (2007) apresentou um quadro de análise mais amplo e identificou que a partir de 1972 a “participação” da Amazônia nas mortes em conflito no campo aumentou consideravelmente. É o período em que as levas de migrantes rumavam para o norte do país enganadas pela propaganda governamental de que havia terra para todos. Grande ilusão, que criou um dos cenários mais dramáticos da história recente, em virtude do grande número de conflitos e assassinatos existentes no campo. É preciso destacar, ainda, que mesmo com menor intensidade de ocupações ou número de famílias organizadas, na Amazônia, o conflito entre latifundiários e camponeses sem-terra ocorreram e ainda ocorrem de forma mais sangrenta, vitimando na maioria dos casos os diversos grupos de camponeses, organizados ou não por movimentos.

A região Cone Sul do Estado de Rondônia foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo fazendeiros e camponeses pobres sem-terra. A região de Corumbiara não difere das demais regiões de Rondônia que no mesmo período enfrentavam conflitos de toda a ordem. Em muitos casos, além da ação de pistoleiros a mando dos fazendeiros, se tinha a conivência e a participação estatal, sobretudo do judiciário e do INCRA. Os camponeses que iam ocupando as áreas eram surpreendidos posteriormente por pistoleiros, que a mando de fazendeiros

realizavam a “limpeza” das áreas ocupadas. Nos atuais assentamentos Adriana, Vitória da União e Verde Seringal, a terra foi conquistada a partir de muitas ocupações e resistência.

Um dos conflitos que mais chamou a atenção no início da década de 1980 foi o da Fazenda Cabixi, município de Colorado D'Oeste em maio de 1982. Os camponeses ocuparam a área, foram despejados e depois de certo tempo regressaram. Os fazendeiros contrataram trabalhadores para fazerem derrubadas na área e criar uma situação de conflito, onde os camponeses conseguiram desarmar e prender um pistoleiro. Num seguinte confronto, morreu um camponês, dois pistoleiros e a mulher de um dos pistoleiros. Em resposta ao conflito, a polícia prendeu 34 camponeses, além de apoiadores da região tidos como “autores intelectuais” dos crimes. Nenhum “trabalhador” da fazenda foi indiciado (LINK, 2008, p. 325). O tratamento dado pelo Estado era o mesmo que em outras regiões: O judiciário decidia em favor dos latifundiários, mesmo quando era duvidosa a posse da terra. Em outros casos eram os próprios pistoleiros que realizavam o despejo.

Como a colonização do Cone Sul de Rondônia estava destinada principalmente às grandes fazendas agropecuárias, o tensionamento pela posse da terra se deu em vários locais. Os períodos de conflito que antecederam a criação dos atuais assentamentos foram marcados pela ação de pistolagem, pela intervenção estatal em favor dos latifundiários, ou seja, pela repressão oficial e não oficial de bandos armados.

A região do Cone Sul é o retrato do campo rondoniense no período. Neste contexto, em 1984 iniciam-se ocupações coordenadas pelo CPT de Rondônia, que inclusive articulou a participação de lideranças nos encontros de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As primeiras ocupações organizadas pelo MST em Rondônia ocorreram em 1987 no município de Jaru com 280 famílias. Esta ocupação foi dispersa, pois a área ocupada tinha grande foco de Malária. O MST organizou então sua segunda ocupação no Município de Espigão D'Oeste, no ano de 1989 com cerca de 140 famílias na área denominada “fazenda Seringal”. A ocupação ficou conhecida como 25 de julho, data em que acamparam na área. A fazenda já estava sendo desapropriada e lá foram assentadas mais de 300 famílias (SOUZA, 1994).

Outras duas organizações camponesas surgiram a partir do ano de 1995, após o conflito ocorrido na fazenda Santa Elina, conhecido como “Massacre de

Cormbiara: o MCC (Movimento Camponês Corumbiara) e a LCP (Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e da Amazônia Ocidental).

Há uma grande diferença na ideologia e na prática política que distancia a LCP do MST e MCC. Os últimos defendem a reforma agrária tutelada pelo Estado. A ideologia forjada pela LCP aponta para uma ruptura com o Estado, caracterizado como semifeudal e semicolonial, sob a bandeira da “Revolução Agrária”, como parte de uma “Revolução Democrático-Burguesa de novo tipo” e sua ação tem causado um levante de camponeses quando propõe “tomar todas as terras do latifúndio” refutando as políticas de reforma agrária. Segundo o INCRA, em 2005 a LCP organizava 1.997 famílias distribuídas em 8 acampamentos, enquanto o MST respondia por 987 famílias distribuídas em 12 acampamentos. Já naquele ano a LCP congregava um número maior de camponeses em face das outras organizações camponesas de Rondônia (PRRA/INCRA, p. 70, *apud* SOUZA, 2006, p.81). Em 2009, esta organização camponesa já estava organizada em mais de sete estados da Federação e muito lembra o processo de constituição das *Ligas Camponesas* nas décadas de 1950 e 1960 (MARTINS, 2009). A luta pela terra em Rondônia tem sido cada vez mais intensa apresentando novos métodos de organização e avançados processos de luta de classes aumentando as contradições existentes.

As contradições do campo rondoniense fazem parte da estrutura agrária brasileira que mantém seu caráter semifeudal, devido o tipo de capitalismo desenvolvido aqui desenvolvido, o Capitalismo Burocrático. Na definição de Guzmán é “o capitalismo que o imperialismo impulsiona num país atrasado; o tipo de capitalismo, a forma especial de capitalismo, que impõe um país imperialista a um país atrasado, seja semifeudal, semicolonial” (GUZMÁN, 1974, p. 1), já que vivemos numa etapa de desenvolvimento capitalista onde se mantém a concentração da produção por meio do monopólio, o fortalecimento do capital financeiro associado às partilhas territoriais do globo entre as grandes potências capitalistas (LÊNIN, 1979). Os países de capitalismo burocrático são os que não se concretizaram revoluções burguesas clássicas, persistindo o problema agrário (MARTÍN MARTÍN, 2007). Diversos teóricos brasileiros confirmam a manutenção das estruturas econômico-sociais atrasadas no campo brasileiro e permanência das relações de semifeudalidade^{viii}.

A Amazônia é uma região estratégica para os interesses econômicos do imperialismo. As ações do imperialismo na Amazônia Ocidental são descritas mesmo antes da criação do Território Federal do Guaporé. Vários fatos do período situado do final do Império até a República oligárquica apontam que a região é alvo de interesse internacional.

A implantação de projetos de colonização pelos governos militares a partir de 1970, se deu, entre outras causas, pela necessidade de expansão econômica e controle do território amazônico pelo imperialismo. Analisando a ação do plano agrário do regime militar na busca de garantir para o capital as terras da Amazônia, Martins (1984) e Ianni (1979) afirmam ter sido essa distribuição de terras uma contrarreforma agrária, ou seja, uma reforma agrária para os latifundiários. Conforme Souza, a ação do imperialismo norte-americano é hegemônica em nosso país desde a segunda guerra mundial, especialmente na Amazônia por ser uma área estratégica aos seus interesses econômicos:

A partir de 1992, o imperialismo formulou o discurso de “*desenvolvimento sustentável*”, que foi utilizado para justificar novos projetos de financiamento de organismos internacionais na Amazônia, dentre estes as organizações não-governamentais (ONGs), que interferem no planejamento regional a serviço do capital monopolista, possuem informações precisas sobre o território, por meio de fotos de satélites, são responsáveis pela biopirataria e estão presentes em áreas de mineração, de exploração agrícola e pecuária, manejo florestal, exploração de petróleo, no extrativismo, no ecoturismo, enfim, espalham seus tentáculos por todas as atividades, respaldadas por bancos e agências do capital financeiro internacional. A hegemonia do imperialismo norte-americano na Amazônia pode ser observada em todos os setores da sociedade. Desde a Segunda Guerra Mundial, a ação dos grandes capitalistas foi no sentido de fortalecer o Estado norte-americano para exercer o controle dos grandes monopólios em áreas estratégicas (SOUZA, 2010, p. 366).

As políticas impostas pelo imperialismo norte-americano geram uma condição de semicolonialismo e semifeudalidade que há anos vem sendo investigada por intelectuais da América Latina, como o peruano Mariátegui (1969). Por não haver realizado revolução burguesa e resolvido o problema da concentração da terra, o Brasil segue com uma questão agrária cada vez mais contraditória especialmente nos dias atuais em que se intensificam os processos de expansão do latifúndio produtor de monoculturas e as lutas camponesas, especialmente o Estado

de Rondônia que nunca deixou de ostentar os mais altos índices de violência no Campo decorrente da luta pela terra.

Conclusão

Os camponeses expulsos do centro-sul do país, por conta de grandes empreendimentos capitalistas dirigiram-se ao norte em busca da terra. Aqui chegando foram novamente expulsos pela ação estatal que favoreceu os grandes empreendimentos agropecuários e os latifundiários. A expulsão dos posseiros e a ineficiência dos órgãos governamentais na distribuição de terras geraram na história da colonização recente mais tensionamentos na região.

Além das produções acadêmicas que dão um caráter mais geral dos impactos da colonização sobre as “populações tradicionais” e o grande movimento de migração para a região, ainda há pouca produção da historiografia regional acerca das motivações, sonhos, desilusões camponesas e dos conflitos existentes neste período da história recente. É possível fazer uma ponte com as contribuições já existentes da Geografia Agrária ou reunidos no campo da História Social, enquanto “estudo da estrutura social, das estratificações e a análise dos movimentos sociais” (CARDOSO & BRIGNOLI, 1983, p. 353) do campo rondoniense.

A história recente dos conflitos entre camponeses e indígenas versus latifundiários e empresas nacionais e estrangeiras, ainda está “escondida” ou esquecida. Boa parte de produções escritas na região apenas narram alguns “pioneiros” como sujeitos que “desbravaram” uma região inóspita, com um suposto “vazio” demográfico e conseguiram “vencer” as adversidades; falseando a história recente como se o campo rondoniense não tenha sido local de grandes contradições sociais, econômicas e culturais, que marcaram e ainda marcam os quarenta anos. Está lançado o debate para a historiografia regional. As fontes estão próximas de nós, possibilitando inúmeros estudos para a constituição de uma **História Agrária**, que abarcaria a imensa massa de camponeses pobres que aqui chegaram ou talvez uma História da Migração ou uma História dos Movimentos Sociais do Campo em Rondônia.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. **Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CEMIN, A. B. **Colonização e Natureza**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- DAL MASO, M. **Política de colonização e colonização da política**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentada na PUC –SP, 1990.
- GUZMÁN, A. **La problemática nacional**: discurso pronunciado no Sindicato de Docentes de Huamanga, Lima, Peru, 1974. Disponível em: <http://www.blythe.org/peru-pcp/docs_sp/nacional.htm>. Acesso em: jan. 2009.
- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.
- LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. 1. ed. São Paulo: Global, 1979.
- LINHARES, M. Y. História Agrária. In: CARDOSO, C. F. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 243-270.
- _____; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Região e História Agrária. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 8, Nº 15, 1995, pp. 17-26.
- LINK, R. S. **Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997**. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST/PPG, 2008.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Ideologia y política**. Lima: Empresa Amauta, 1969.
- MARTÍN MARTÍN, V. O. **El papel del campesinato en la transformación del mundo actual**. Valencia: Baladre, 2007.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: A questão Política no campo. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- _____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, M. M. **Corumbiara: massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

- MESQUITA, H. A. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- _____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.
- PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.
- SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.
- SOUZA, M. M. **Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.
- _____. **Capitalismo, questão agrária e meio ambiente em Rondônia: o caso de Jacinópolis**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2006.
- _____. **A educação nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Rondônia: uma escola diferente**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura: UNIR, 1994.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>>. Acesso em 20 de dezembro de 2008.

NOTAS

ⁱ Professor temporário do Departamento de História do Campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia.

ⁱⁱ Dissertação de Mestrado intitulada “Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos” (2009).

ⁱⁱⁱ Destacamos aqui: Dal Maso, 1990; Perdigão e Bassegio, 1992; Souza, 1994 e 2006; Santos, 2001; Cemin, 1992.

^{iv} A maior delas foi a gleba Corumbiara, que ocupava metade do Município de Pimenta Bueno e cerca de um terço do Município de Vilhena, destinada à pecuária.

^v Até junho de 1981, os sete municípios de Rondônia eram: Porto Velho, Guajará Mirim, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena e Ariquemes, sendo que os cinco últimos foram criados por meio da Lei nº 6.448, de 11.10.77.

^{vi} Destaca-se que neste período uma maior intensidade de migrantes para a região. As cidades tornam-se verdadeiros acampamentos de camponeses à espera de lotes em frente aos escritórios regionais do INCRA. É destaque neste período a intensidade de conflitos não só no campo, como na cidade, como Porto Velho, a capital, onde inúmeras ocupações urbanas vão constituir uma boa parte dos bairros hoje existentes.

^{vii} Sobre o “cotidiano” das investidas dos sensores da Ditadura Militar em Rondônia, em relação à imprensa, há um breve relato do jornalista Montezuma Cruz em <http://www.agenciaamazonia.com.br>.

^{viii} Destacamos no Brasil Sodré (1990), Guimarães (1968 e 1979), Castro (1967) e Figueiredo (2005), que reforçam a discussão já apresentada.